

João Pessoa, 10 a 16 de fevereiro de 2020 • Nº 07 - Ano XVIII

Diretoria do Sindifisco-PB e a mobilização da base

Com o objetivo de fortalecer, ainda mais, a unidade da classe fiscal em torno das reivindicações do Fisco paraibano, a diretoria do Sindifisco-PB reforça, a partir desta semana, a série de visitas aos setores de fiscalização, nas gerências regionais.

A política de articulação da base se manterá até o dia 18 de março, quando acontecerá a assembleia geral de indicativo de greve, na qual a categoria vai avaliar a possível contraproposta à pauta de reivindicações entregue ao Governador do Estado.

As auditoras e auditores fiscais comparecerão em grande número à AGE e não descartam decretar greve, caso categoria e Governo não cheguem a um consenso.

Segundo o presidente do Sindifisco-PB, Manoel Isidro, a decisão por um movimento paredista depende muito do que ocorrerá até o dia da AGE, porém, acreditamos na sensibilidade do Governo do Estado, uma vez que o canal de negociação se mantém aberto e o pleito do Fisco Estadual é justo e executável.

Solidariedade a Biu Fernandes

Em nota pública divulgada terça-feira última (11), a Diretoria do Sindifisco-PB prestou solidariedade ao auditor fiscal aposentado, Benedito Alves Fernandes (Biu Fernandes), alvo de uma ação policial desnecessária, ocorrida no mesmo dia, na cidade de Patos.

Ex-presidente do Sindifisco-PB, Biu Fernandes exerceu vários cargos públicos, tais como, coletor, prefeito do município de Catolé do Rocha, deputado estadual, além de professor da UFPB (atualmente aposentado).

No documento, a direção sindical afirma que foi totalmente desnecessário o emprego da força e a tentativa de algarum quem não ofereceria nenhum perigo à ordem pública. Por tudo isso, por ser idoso (quase 80 anos), por ser um cidadão pacato e, independentemente das funções relevantes que ocupou, Biu Fernandes deveria ter sido tratado com a dignidade e o respeito que ele merece.

A entidade cobrou das autoridades competentes a rigorosa apuração dos fatos.

Serviço público necessário

A julgar pelo grande número de entidades representativas no ato político “Pela Valorização do Serviço Público no Brasil”, e no seminário “Reforma Administrativa – Desmonte do Estado como Projeto”, em Brasília, no último dia 12, os servidores públicos seguem fortes e unidos na defesa do serviço público de qualidade.

Em atendimento à convocação da Fenafisco, o Sindifisco-PB se juntou a outras entidades do Fisco de todo o Brasil e marcou presença na mobilização, promovida pela Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, junto às centrais sindicais e entidades representativas da sociedade civil.

Após aprovar a reforma da Previdência, que retirou inúmeros direitos dos trabalhadores, o Governo Federal concentra forças na tentativa de promover a reforma administrativa. O principal argumento (equivocado) da equipe econômica é que é preciso cortar gastos e, para tanto, alterar a regra de estabilidade e, não menos grave, reduzir os salários dos servidores.

Respeito aos servidores

O ministro Paulo Guedes, numa atitude totalmente incompatível com a postura que o cargo exige, afirmou que os servidores públicos haviam virado parasitas.

Os servidores públicos são responsáveis por uma importante parte da força produtiva do País, seja na esfera federal, estadual ou municipal. Profissionais da saúde, segurança pública, administração tributária, educação, meio ambiente, limpeza urbana, entre outros, dedicam suas vidas com presteza e espírito público na boa prestação dos serviços necessários à sociedade brasileira.

A declaração foi uma afronta e é uma clara tentativa de jogar a população contra os servidores públicos, com o objetivo único de conseguir apoio popular para aprovação da reforma administrativa que só visa retirar mais direitos, dentre os poucos restantes.

O Sindifisco-PB se junta a todas as entidades do serviço público e demais segmentos que repudiam, veementemente, a inadmissível declaração do ministro.

Pedido de audiência ao Governador

Além de definir a linha de ações para os próximos dias, as entidades representativas que congregam o Fórum dos Servidores protocolaram ofício solicitando audiência com o governador, João Azevedo, na tentativa de serem ouvidos para discutir a Proposta de Emenda à Constituição EC20/2019 e ao Projeto de Lei Complementar (PLC 12/2019) da reforma da Previdência estadual.